



PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

037. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

(OPÇÃO 047)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **09**.

Eram dez da noite, estava escuro, e a americana Elaine Herzberg, de 49 anos, resolveu atravessar uma avenida em Tempe, cidade de 160 mil habitantes no sul dos EUA. Ela estava fora da faixa, o sinal estava aberto para os carros, e logo aconteceu o pior. Elaine foi atropelada por um veículo utilitário esportivo de 2000 quilos, a 61 km/h. Morreu no ato. Seria apenas mais uma vítima do trânsito, não fosse por um motivo: um robô estava dirigindo o veículo. Elaine foi a primeira pedestre morta por um carro autônomo. Eles provavelmente vão atropelar mais pessoas. E, toda vez que isso acontecer, a opinião pública ficará assustada (a empresa dona do carro que matou Elaine interrompeu seus testes após o acidente). Mas já existe uma tecnologia que promete erradicar os acidentes com veículos autônomos e mudar outros aspectos da vida humana: a quinta geração da telefonia celular, ou 5G.

Ela é tão importante que o governo dos EUA chegou a cogitar a construção de uma rede 5G estatal, só para não ficar atrás dos chineses (que vão inaugurar a sua no final deste ano). As operadoras americanas se mexeram, e agora prometem montar redes 5G em 30 cidades do país até dezembro – antes mesmo dos celulares compatíveis com essa tecnologia, que só vão começar a chegar ao mercado ano que vem.

A grande novidade das redes 5G é que elas trabalham em frequências mais altas, ou seja, nas quais as ondas eletromagnéticas oscilam mais vezes por segundo. Graças a isso, o 5G promete três vantagens: mais velocidade, maior número de conexões e menor latência.

Essa terceira novidade das redes 5G, a baixa latência, consiste no tempo que cada antena ou ponto de rede leva para processar – e, se for o caso, repassar – os dados. As ondas eletromagnéticas usadas para transmitir informações (seja no 5G, no Wi-Fi, ou qualquer outra rede sem fio) viajam sempre na mesma velocidade: a da luz. Porém, na prática, a transmissão de dados sempre é mais lenta. Na tecnologia 5G, a latência é 50 vezes menor. A transmissão é praticamente instantânea – e isso abre várias possibilidades.

Mas talvez o benefício mais imediato de todos seja o fim das franquias de dados. A capacidade da rede 5G é tão enorme que as operadoras poderão oferecer planos sem limites de dados – e você poderá usar seu celular à vontade, como hoje usa a internet da sua casa.

(*Superinteressante*, maio de 2018. Adaptado)

01. No texto, o atropelamento de Elaine Herzberg é citado com a intenção de

- (A) lamentar a imprudência das pessoas no trânsito urbano.
- (B) enaltecer os experimentos realizados com carros autônomos.
- (C) elucidar a ingerência no trânsito de cidades norte-americanas.
- (D) mostrar a importância da quinta geração da telefonia celular.
- (E) contestar a necessidade das tecnologias no trânsito das cidades.

02. Com a passagem do 1º parágrafo “Elaine foi a primeira pedestre morta por um carro autônomo. Eles provavelmente vão atropelar mais pessoas.”, entende-se que

- (A) os carros autônomos rodarão com perfeição, em um tempo bastante breve.
- (B) mais pessoas estarão sujeitas ao atropelamento por um carro autônomo.
- (C) Elaine certamente será a única vítima fatal de um carro autônomo nos EUA.
- (D) a tendência é de que os atropelamentos com carro autônomo saiam do controle.
- (E) os carros autônomos ficarão limitados aos planos, sem se tornarem realidade.

03. O texto evidencia que a rede 5G

- (A) emerge como força política e comercial, o que se vê, por exemplo, com a mobilização do governo dos EUA para o país não ser superado pelos chineses.
- (B) surge em um momento oportuno para os EUA que, na competição com a China, já conseguiu implantar essa rede em 30 cidades.
- (C) permite que as nações se unam em função do bem coletivo, como foi o caso de EUA e China, que pactuaram pela criação de uma rede 5G estatal.
- (D) nasce motivada pelo ímpeto comercial, já que os EUA se mobilizaram para lançar, em 2018, celulares compatíveis com essa tecnologia.
- (E) acirra a briga da China pelo protagonismo tecnológico, ainda que nenhum país vá conseguir oferecer realmente o 5G nos próximos anos.

04. Considere os trechos:

- Mas já existe uma tecnologia que promete **erradicar** os acidentes com veículos autônomos... (1º parágrafo)
- As operadoras americanas **se mexeram**... (2º parágrafo)
- ... as ondas eletromagnéticas **oscilam** mais vezes por segundo. (3º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) avaliar; se apressaram; se agitam.
- (B) amenizar; se mobilizaram; se mexem.
- (C) eliminar; se apressaram; se movem.
- (D) evitar; se aperfeiçoaram; se fixam.
- (E) prever; se estimularam; se espalham.

05. Assinale a alternativa em que se estabelece, entre as orações do período, uma relação de consequência.
- (A) Elaine foi a primeira pedestre morta por um carro autônomo. Eles provavelmente vão atropelar mais pessoas.
 - (B) ... celulares compatíveis com essa tecnologia, que só vão começar a chegar ao mercado ano que vem.
 - (C) ... elas trabalham em frequências mais altas, ou seja, nas quais as ondas eletromagnéticas oscilam mais vezes por segundo.
 - (D) A capacidade da rede 5G é tão enorme que as operadoras poderão oferecer planos sem limites de dados...
 - (E) ... e você poderá usar seu celular à vontade, como hoje usa a internet da sua casa.
06. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância.
- (A) Foi interrompido os testes com o carro autônomo, depois do atropelamento de Elaine Herzberg.
 - (B) Tempe, onde Elaine Herzberg foi atropelada, é uma cidade no sul dos EUA onde mora 160 mil habitantes.
 - (C) A montagem das redes 5G mudarão as vidas das pessoas em muitos aspectos, como o fim da franquia de dados.
 - (D) Surge várias possibilidades com a rede 5G, já que com ela a transmissão de dados é praticamente instantânea.
 - (E) Com a tecnologia 5G, espera-se que planos sem limites de dados comecem a ser oferecidos aos clientes.
07. Na passagem do 1º parágrafo “Seria apenas mais uma vítima do trânsito, não fosse por um motivo: um robô estava dirigindo o veículo.”, o sinal de dois-pontos é empregado para
- (A) sinalizar o uso do discurso direto, com a fala de uma pessoa.
 - (B) resumir as informações indicadas pela expressão “uma vítima”.
 - (C) explicar o sentido contido na expressão “um motivo”.
 - (D) indicar que a informação nova é uma frase retirada de outro texto.
 - (E) comentar a informação anterior “mais uma vítima do trânsito”.
08. No último parágrafo do texto “Mas **talvez** o benefício mais imediato de todos seja o fim das franquias de dados. A capacidade da rede 5G é tão enorme que as operadoras poderão oferecer planos sem limites de dados – e você poderá usar seu celular **à vontade**, como **hoje** usa a internet da sua casa.”, as expressões destacadas reportam, correta e respectivamente, aos sentidos de:
- (A) modo; afirmação; lugar.
 - (B) dúvida; modo; tempo.
 - (C) afirmação; modo; afirmação.
 - (D) dúvida; afirmação; tempo.
 - (E) modo; modo; afirmação.
09. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de regência.
- (A) Hoje se usa a internet à vontade em casa, e as pessoas anseiam por usá-la assim em seus celulares.
 - (B) É provável de que atropelarão-se ainda muitas pessoas nos testes com os carros autônomos.
 - (C) Acredita-se de que as redes 5G sejam capazes para erradicar os acidentes com veículos autônomos.
 - (D) Cabe lembrar de que têm repassado-se os dados sempre com a mesma velocidade: a da luz.
 - (E) Nos surpreendeu a notícia que um carro autônomo tenha atropelado uma mulher nos EUA.
10. O caso do veículo autônomo que atropelou e matou uma pedestre em março, no Arizona, Estados Unidos, ainda não acabou. Agora, um relatório da polícia diz que o acidente poderia ter sido evitado. Contudo, o motorista, no momento, assistia _____ apresentação de um episódio de “The Voice”, um show de talentos musical. Como os carros autônomos da companhia ainda estão em testes, todos levam um motorista que pode intervir na direção, se _____ necessidade. Um vídeo, já divulgado pela polícia, mostra que o carro não fez a leitura da mulher como um potencial alvo e seguiu o caminho sem tomar qualquer ação evasiva. Além disso, o motorista não _____.
- (<https://jornaldocarro.estadao.com.br>. Adaptado)
- Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- (A) à ... haver ... interviira
 - (B) a ... haver ... interveio
 - (C) à ... há ... interviu
 - (D) a ... houver ... interviu
 - (E) à ... houver ... interveio

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Sobre o Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) É uma ação judicial proposta com o objetivo de tornar certo judicialmente que uma dada norma é compatível com a Constituição. Representa, no ordenamento jurídico brasileiro, uma das formas de exercício do controle de constitucionalidade concentrado.
 - (B) Caberá referida ação quando houver omissão do Poder Público em relação às normas constitucionais de eficácia limitada, que dependam de edição de normas regulamentadoras (infraconstitucionais) para viabilizar sua aplicabilidade.
 - (C) Possui dupla finalidade, pois pretende, juridicamente, a declaração de inconstitucionalidade formal e material de lei ou ato normativo estadual, e politicamente, a decretação de intervenção federal no Estado-membro ou Distrito Federal, exercendo um controle direto.
 - (D) Instrumento que tem por função transferir a outro órgão do mesmo Tribunal a competência funcional para a análise de determinada questão de direito incidental que é a constitucionalidade da norma havida como relevante para o julgamento da causa.
 - (E) Ação destinada a evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), incluído neste rol os atos anteriores à promulgação da Constituição Federal.
12. A respeito da remuneração dos membros da Câmara Municipal, assinale a alternativa correta.
- (A) O Vereador é remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
 - (B) É legítimo o pagamento de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória aos vereadores.
 - (C) Os Vereadores fazem jus a verba de gabinete, vez que a atividade essencial da vereança exige deslocamentos para além da fronteira do Município.
 - (D) Os Vereadores têm direito ao pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação para participação em reuniões legislativas extraordinárias ou audiências públicas.
 - (E) A Câmara de Vereadores não tem competência para fixar o subsídio dos Vereadores, pois quem detém tal competência é o Prefeito em exercício no Município.
13. Nos termos da Constituição Federal, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Assinale a alternativa correta.
- (A) Lei ordinária disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento e sobre a composição dos organismos regionais que executarão os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.
 - (B) Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei, se necessário for, desigualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público.
 - (C) Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei, juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias, além de isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.
 - (D) Nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas, a União patrocinará a recuperação de terras áridas e financiará os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.
 - (E) Nas regiões pobres, desprovidas de recursos naturais, a União patrocinará as atividades voltadas ao cultivo das terras e concederá incentivos fiscais aos Estados membros que financiem os pequenos e médios empresários locais.
14. Quanto à posição que os Tribunais de Contas ostentam na estrutura constitucional brasileira, assinale a alternativa correta.
- (A) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Legislativo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
 - (B) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Judiciário, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
 - (C) Estão subordinados hierarquicamente ao Poder Executivo, de que são órgãos delegatários e organismos de mero assessoramento técnico.
 - (D) A competência institucional dos Tribunais de Contas não deriva de delegação dos órgãos do Poder Legislativo, mas traduz emanação que resulta, primariamente, da própria Constituição da República.
 - (E) Como titulares do controle externo, os Tribunais de Contas não possuem qualquer vínculo administrativo ou funcional com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

15. A perda ou suspensão dos direitos políticos se dará em caso de
- (A) cancelamento da naturalização por sentença, independentemente do trânsito em julgado.
 - (B) incapacidade civil absoluta ou relativa.
 - (C) condenação criminal pendente de recurso.
 - (D) opção do brasileiro por outra nacionalidade por naturalização voluntária.
 - (E) o eleitor completar a idade de 70 anos.
16. Sobre a garantia de direitos dos indígenas, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição prevê que a responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas é atribuição da Defensoria Pública da União.
 - (B) A competência para legislar sobre populações indígenas é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (C) A população indígena tem o direito de manter intacta em sua cultura, aldeada, se assim entender que é a melhor forma de preservação.
 - (D) A Constituição prevê que a responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas é atribuição da Procuradoria Geral de cada Estado.
 - (E) A Constituição estabelece que as populações indígenas devem ser, prioritariamente, integradas ao restante da sociedade.
17. Em determinado município com o total de 11 vereadores e de 31 servidores efetivos, foram contratadas 22 pessoas para alocação nos gabinetes dos legisladores. Considerando a situação descrita, é correto afirmar a violação aos seguintes princípios constitucionais implícitos da Administração Pública.
- (A) Da razoabilidade e do interesse público.
 - (B) Da legalidade e da impessoalidade.
 - (C) Da impessoalidade e da moralidade administrativa.
 - (D) Da moralidade administrativa e da eficiência.
 - (E) Da investidura em cargo ou emprego público por meio de concurso público.
18. Assinale a alternativa que retrata uma das Súmulas do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Não há direito líquido e certo, amparado pelo mandado de segurança, quando se escuda em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
 - (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
 - (D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
 - (E) No mandado de segurança contra a nomeação de magistrado, da competência do Presidente da República, este não é considerado autoridade coatora, ainda que o fundamento da impetração seja nulidade ocorrida em fase anterior do procedimento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Quando a União se responsabiliza pela prestação, por exemplo, do serviço de saúde, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica, é denominada
- (A) descentralização administrativa.
 - (B) desconcentração administrativa.
 - (C) delegação administrativa.
 - (D) descentralização funcional.
 - (E) desconcentração política.
20. Em relação à Administração Indireta, no que se refere às Autarquias, assinale a alternativa correta.
- (A) O regime jurídico das Autarquias é o mesmo aplicável aos entes políticos, e possuem os mesmos poderes de natureza política.
 - (B) As ações de rito especial movidas contra as Autarquias, tais como o Mandado de Segurança, o *Habeas Data*, entre outros, seguem as regras de dilatação de prazo, ou seja, o prazo em dobro para manifestação do Poder Público.
 - (C) Os débitos judiciais das Autarquias são pagos por meio da mesma ordem cronológica dos precatórios do ente federativo responsável por sua criação.
 - (D) Os bens e rendas das Autarquias podem ser penhorados judicialmente para garantia do juízo em execução contra a fazenda pública.
 - (E) As dívidas passivas das Autarquias prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram.

21. Os atos administrativos que afirmam um direito preexistente, mediante o reconhecimento de situação jurídica previamente constituída, e possuem efeito retroativo, e o ato administrativo que tem a finalidade de resolver uma situação específica, exaurindo seus efeitos com uma única aplicação, são, respectivamente, classificados como atos
- (A) compostos – de império.
 - (B) abstratos – constitutivos.
 - (C) declaratórios – concretos.
 - (D) múltiplos – singulares.
 - (E) complexos – de gestão.
22. O princípio da licitação que é corolário, primeiro, da legalidade, que é mais rigorosa na licitação e engloba a obediência às regras estabelecidas no edital, da igualdade entre os licitantes, bem como do julgamento objetivo com base em critérios preestabelecidos, refere-se ao princípio
- (A) da isonomia.
 - (B) do sigilo das propostas.
 - (C) do procedimento formal convocatório.
 - (D) da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (E) da eficácia administrativa.
23. Para a alienação de bens móveis inservíveis, apreendidos e penhorados pelo poder público, a licitação é feita por meio da modalidade
- (A) concorrência.
 - (B) leilão.
 - (C) pregão.
 - (D) concurso.
 - (E) tomada de preços.
24. Sobre o Processo Administrativo, é correto afirmar que
- (A) coisa julgada administrativamente, no Brasil, define, somente, uma situação que não pode ser arguida e analisada em sede administrativa, mas que ainda pode ser objeto de recurso à esfera judicial.
 - (B) o desrespeito às garantias do contraditório e da ampla defesa enseja a revogação do processo administrativo e dos atos praticados de ofício pela autoridade competente, devendo ser sanáveis pelo Poder Judiciário.
 - (C) é admissível a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (D) a forma é o instrumento para alcançar os objetivos dos atos praticados no processo administrativo, por isso, o vício de forma importa na nulidade do processo.
 - (E) após a instrução, o poder público terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificado, para proferir a decisão final no processo.
25. De forma não exaustiva, a Lei Federal nº 12.846/13 define quais serão os atos lesivos à Administração Pública que estão sujeitos às responsabilidades. Nesse sentido, estará sujeita às sanções culminadas pela lei a pessoa jurídica que
- (A) der, diretamente, vantagem indevida a agente público, ressalvados os casos em que só há a promessa de tal vantagem.
 - (B) apresentar seus reais interesses e a identidade dos beneficiários.
 - (C) fraudar ou frustrar, por meio de qualquer espécie de acordo, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
 - (D) criar, regularmente, pessoa jurídica para participar de licitação ou firmar contrato administrativo.
 - (E) dificultar atividade de investigação de órgãos públicos, ou intervir em sua atuação, salvo as investigações promovidas pelas agências reguladoras.
26. Em relação à Responsabilidade Extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade do Estado, em se tratando de conduta omissiva, independe dos elementos caracterizadores da culpa.
 - (B) O furto de veículos estacionados em via pública com áreas reservadas para a zona azul, não exclui a responsabilidade objetiva do Estado.
 - (C) Os atos legislativos típicos, com sanção do executivo, e por estipularem normas gerais e abstratas, em regra, podem ensejar responsabilidade estatal subjetiva.
 - (D) Sendo a existência do nexo de causalidade o fundamento da responsabilidade civil do Estado, esta deixará de existir ou incidirá de forma atenuada quando o serviço público não for a causa única do dano.
 - (E) A culpa concorrente da vítima é apontada como uma das causas excludentes da responsabilidade civil do Estado, já o caso fortuito e a força maior são apontados como causas atenuantes dessa mesma responsabilidade.

27. A Lei de introdução às normas do direito brasileiro é a norma positivada que ostenta como principal atributo a inserção no ordenamento de regras que têm por finalidade cuidar da vigência no tempo e no espaço de outras leis. A respeito da LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei vigorará até que outra a modifique ou a revogue, ainda que destinada a vigência temporária.
- (B) É admissível a alegação de desconhecimento de lei para a esquivar-se do dever de indenizar decorrente da responsabilidade civil aquiliana.
- (C) A nova lei, ao entrar em vigor, passará a produzir efeitos imediatos, respeitados apenas a coisa julgada, o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
- (D) Invocada por qualquer das partes lei estrangeira para a solução de determinado caso, caberá ao juiz diligenciar para conferir o texto a cancelar a vigência da lei suscitada pela parte.
- (E) A sentença estrangeira produzirá efeitos em território nacional desde que homologada pelo STF.

28. O tema *capacidade civil* foi alvo de recente alteração. Com efeito, com a entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão, o Código Civil foi modificado e passou a vigorar com novas diretrizes. Acerca do tema *capacidade civil*, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os menores impúberes são considerados absolutamente incapazes.
- (B) Os negócios eventualmente praticados por pessoas sem nenhum discernimento são absolutamente inválidos, ou seja, nulos de pleno direito, considerando que tais pessoas são absolutamente incapazes.
- (C) Os toxicômanos são absolutamente incapazes.
- (D) A prodigalidade não é causa limitadora da capacidade civil.
- (E) A emancipação voluntária poderá ser feita em conjunto pelos pais a partir do momento em que o adolescente completar quinze anos, sendo levada a cabo mediante instrumento público ou particular.

29. Sobre o tema negócios jurídicos, marque a alternativa correta.

- (A) O erro essencial e o dolo são vícios contemporâneos à formação do contrato e, por isso, quando presentes, autorizam a declaração de sua nulidade.
- (B) É nula a doação de bem imóvel feita de modo verbal ou por instrumento particular quando o valor transcende a trinta salários-mínimos.
- (C) A simulação é vício que contamina o negócio jurídico e o torna anulável.
- (D) É de cinco anos o prazo para anular negócio jurídico maculado por coação.
- (E) É nulo o negócio celebrado por relativamente incapaz sem o necessário consentimento.

30. Assinale a alternativa correta acerca do direito das obrigações.

- (A) Nas obrigações de entrega de coisa certa, se a coisa se perder por culpa do devedor, caberão apenas perdas e danos.
- (B) Nas obrigações de entrega de coisa certa, caso esta se deteriore após a celebração do negócio, mas antes da tradição e sem culpa do devedor, deverá o credor aceitá-la no estado em que se achar.
- (C) Desde a celebração do negócio a coisa móvel certa pertencerá ao adquirente, mesmo antes da tradição, de tal sorte que os acréscimos eventuais não poderão motivar a majoração do preço.
- (D) Nas obrigações de entrega de coisa infungível, perdendo-se esta sem culpa do devedor antes da tradição, restará resolvida a obrigação.
- (E) A coisa certa, objeto da obrigação de dar, sempre será entregue com seus acessórios, inadmitindo-se exceção.

- 31.** Consideram-se típicos os contratos que têm suas diretrizes delineadas em lei. A respeito dos contratos típicos a seguir, assinale a alternativa correta.
- (A) A compra e venda é classificada como contrato real que, portanto, somente se aperfeiçoa com a entrega da coisa.
 - (B) No contrato estimatório, que poderá ter por objeto bens móveis e imóveis, deverá o consignatário pagar ao consignante o preço ajustado, ainda que não alienada a coisa.
 - (C) É absolutamente inválida a doação feita ao nascituro, já que carente de personalidade jurídica.
 - (D) O comodato é contrato de empréstimo, classificado como real e gratuito, que tem como essência a transferência da posse direta de coisa fungível ao comodatário, parte no contrato a quem recairá o ônus de restituição.
 - (E) Vigendo a fiança por prazo indeterminado, poderá o fiador se exonerar da garantia fidejussória, caso em que se manterá obrigado por sessenta dias a contar a notificação do credor.
- 32.** Os direitos reais têm como cerne a criação de um elo jurídico entre uma pessoa natural ou jurídica e uma coisa móvel ou imóvel. Acerca dos direitos reais, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito de superfície, que sempre terá como objeto coisas imóveis, caracteriza-se pela concessão de um bem do proprietário a outrem a fim de que ele, o superficiário, nele plante ou construa, por prazo determinado.
 - (B) Sendo imóvel o objeto do usufruto, poderá o usufrutuário livremente vendê-lo a terceiros, assegurando-se preempção ao nu proprietário.
 - (C) No penhor, a coisa móvel empenhada ficará sempre sob a custódia do credor pignoratício.
 - (D) É válida, desde que prevista em contrato agasalhada apenas pelo Direito Civil, a cláusula que proíbe o proprietário de alienar a coisa ofertada em hipoteca.
 - (E) A concessão de uso especial para fins de moradia abrange bens móveis e imóveis.
- 33.** Acerca do direito possessório, assinale a alternativa correta.
- (A) O fâmulos da posse é possuidor direto.
 - (B) Considera-se de boa-fé a posse adquirida de modo não violento, clandestino ou precário.
 - (C) A posse não pode ser adquirida por meio de representante.
 - (D) O possuidor de boa-fé será indenizado das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, podendo exercer direito de retenção enquanto não indenizado de todas elas.
 - (E) O possuidor poderá lançar mão dos atos de defesa ou de desforço em caso de turbção ou esbulho, respectivamente, contanto que aja imediatamente e sem exorbitância.
- 34.** No que atina ao tema responsabilidade civil, anote a opção correta.
- (A) Nos termos de súmula do STJ, é inadmissível a cumulação do dano moral e do dano material em razão do mesmo fato.
 - (B) O art. 932 do Código Civil, norma que trata da responsabilidade civil objetiva indireta, contempla em uma de suas hipóteses a responsabilidade do empregador pelos atos praticados por seus empregados.
 - (C) Os donos de animais são subjetivamente responsáveis pelos atos praticados pelos semoventes.
 - (D) Também é subjetiva a responsabilidade de titular de unidade imobiliária edilícia pela reparação dos danos causados pela queda de objetos de seus apartamentos que avariarem bens de terceiros.
 - (E) O direito à percepção de indenização e o dever de indenizar são intransmissíveis por herança.

35. Pedro ingressa com ação indenizatória, na Justiça Comum, contra um Município paulista. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) o Município gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal do advogado público ou através da publicação do ato no órgão oficial.
- (B) a intimação pessoal do advogado público far-se-á exclusivamente pela remessa dos autos.
- (C) o Município gozará de prazo em dobro para recorrer e prazo simples para as demais manifestações processuais.
- (D) a intimação pessoal do advogado público far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- (E) a prerrogativa processual da Fazenda Pública da contagem em dobro do prazo processual não se aplicaria se a ação indenizatória fosse intentada contra uma autarquia municipal.

36. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação. Acerca dessa audiência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será realizada se apenas uma das partes manifestar desinteresse na composição consensual.
- (B) O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.
- (C) Havendo litisconsórcio, basta a manifestação de desinteresse na realização da audiência por um litisconsorte para que a audiência não seja realizada.
- (D) A audiência de conciliação ou de mediação não pode realizar-se por meio eletrônico.
- (E) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte contrária.

37. O recurso extraordinário e o recurso especial são cabíveis nos casos previstos na Constituição Federal. Acerca do processamento de tais recursos, é correto afirmar que

- (A) serão interpostos perante o relator responsável pelo acórdão recorrido.
- (B) podem ser interpostos em uma única petição.
- (C) o pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser formulado por requerimento dirigido ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, se já distribuído o recurso.
- (D) após o prazo para apresentação das contrarrazões, o recurso extraordinário e recurso especial serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, independentemente do juízo de admissibilidade perante o órgão de interposição.
- (E) o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

38. No mandado de segurança, é possível ao juiz conceder liminar em face do impetrante, desde que seja relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.

A respeito das decisões proferidas no mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão do juiz de primeiro grau que denega a liminar é irrecorrível.
- (B) Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.
- (C) A sentença que concede a segurança não está sujeita ao reexame necessário.
- (D) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente, devendo aguardar o trânsito em julgado.
- (E) No processo de mandado de segurança é cabível a interposição de embargos infringentes.

- 39.** O incidente de resolução de demandas repetitivas é uma das mais profundas inovações do Código de Processo Civil de 2015. Acerca do novo instituto, é correto afirmar que
- (A) o pedido de instauração do incidente não pode ser feito pelo juiz ou pelo relator.
 - (B) a desistência ou abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
 - (C) a inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.
 - (D) é cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
 - (E) é cabível a instauração do incidente quando houver, alternativamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- 40.** É da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- A respeito do Juizado Especial da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, podem ser autores e réus nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
 - (B) As microempresas e empresas de pequeno porte não podem litigar nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
 - (C) A Fazenda Pública dispõe, nos Juizados Especiais, da prerrogativa de prazos diferenciados, nos termos previstos pelo Código de Processo Civil.
 - (D) Haverá reexame necessário nas causas afetas ao Juizado Especial da Fazenda Pública.
 - (E) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- 41.** Na contestação, o réu deseja afastar a pretensão do autor por meio da rejeição do pedido disposto na petição inicial. Além de contestar, é possível ao réu demandar o autor, através da reconvenção. A respeito desse instituto processual, é correto afirmar:
- (A) para que a reconvenção seja cabível, deve haver conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
 - (B) proposta a reconvenção, o autor deverá ser citado, pessoalmente, para apresentar resposta no prazo legal.
 - (C) a desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o seu exame de mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
 - (D) a reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
 - (E) é vedado ao réu propor reconvenção e não oferecer contestação.
- 42.** Empresa de serviços contábeis sagrou-se vencedora em ação indenizatória movida em face de determinado Município. A sentença condenatória transitou em julgado. Com relação à execução do título judicial em face do Município, é correto afirmar que
- (A) a Fazenda Pública Municipal poderá arguir qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
 - (B) a Fazenda Pública será citada na pessoa de seu representante judicial para apresentar, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, embargos à execução.
 - (C) a Fazenda Pública Municipal não poderá arguir a incompetência relativa do juízo da execução.
 - (D) se considera inexigível a obrigação reconhecida na sentença fundada em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, desde que em controle de constitucionalidade concentrado.
 - (E) se considera inexigível a obrigação reconhecida na sentença fundada em ato normativo considerado ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça.

43. A União, no exercício da competência residual, poderá instituir

- (A) mediante lei complementar, impostos não previstos na sua competência, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador e base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- (B) na iminência ou no caso de guerra externa, empréstimos compulsórios, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- (C) mediante lei ordinária, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social, desde que sejam não-cumulativas e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas na Constituição Federal.
- (D) mediante lei complementar, impostos não previstos na sua competência, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- (E) na iminência ou no caso de guerra externa, contribuições de intervenção no domínio econômico, compreendidas ou não em sua competência tributária, as quais serão suprimidas, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

44. Assinale a alternativa que, segundo a Constituição Federal, apresenta matéria não reservada a lei complementar.

- (A) Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributária.
- (C) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (D) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente para definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.
- (E) Instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

45. Segundo a Constituição, em relação ao imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, compete

- (A) ao decreto municipal regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- (B) à lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.
- (C) à resolução do senado federal regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- (D) à lei ordinária excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.
- (E) à lei ordinária fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.

46. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com o Código Tributário Nacional.

- (A) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- (B) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de dez anos, contados da celebração da paz.
- (C) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto e ser calculada em função do capital das empresas.
- (D) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado e como limite individual a despesa realizada.
- (E) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo relevantes para qualificá-la, a denominação e demais características formais adotadas pela lei e o competente lançamento tributário.

47. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com o Código Tributário Nacional.

- (A) O fato gerador da obrigação principal é a situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação de pagar tributo ou penalidade pecuniária.
- (B) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (C) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraído-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos e dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- (D) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- (E) O fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

48. Assinale a alternativa que se encontra de acordo com a Lei da Medida Cautelar Fiscal.

- (A) O Juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, dispensada a Fazenda Pública de justificação prévia, desde que preste caução.
- (B) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
- (C) Salvo decisão em contrário, a medida cautelar fiscal conservará sua eficácia durante o período de suspensão do crédito tributário ou não tributário.
- (D) O requerido será citado para, no prazo de trinta dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
- (E) Cessar a eficácia da medida cautelar fiscal, se não for executada dentro de sessenta dias.

49. Segundo a Lei de Execução Fiscal,

- (A) o executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- (B) não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias remir o bem, se a garantia for real, ou pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos, indicados na Certidão de Dívida Ativa pelos quais se obrigou se a garantia for fidejussória.
- (C) o executado ausente do país será citado por edital, com prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- (E) a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 15 (quinze) dias após a entrega da carta à agência postal.

50. De acordo com a Lei do Mandado de Segurança, é correto afirmar que

- (A) ao despachar a inicial, dentre outras imposições legais, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.
- (B) será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários e a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- (C) da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe agravo por instrumento.
- (D) o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 60 (sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (E) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários e a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.

51. Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal.

- (A) É permitido ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (B) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (C) A lei ordinária da União disporá sobre concessão de garantias pelas entidades públicas.
- (D) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (E) A lei orçamentária anual, dentre outras previsões constitucionais, compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

52. Segundo a Lei nº 4.320/64, que estatuí as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal,

- (A) todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, permitido as deduções constitucionais previstas.
- (B) a lei de orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- (C) em casos de *deficit*, a lei de orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Legislativo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.
- (D) a lei do orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de pluralidade, universalidade, anterioridade e anualidade.
- (E) o produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens móveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Executivo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Legislativo realizá-las no exercício.

53. Segundo a Lei nº 4.320/64, que institui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal,

- (A) a proposta orçamentária conterà o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.
- (B) as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Legislativo, abrangendo, no mínimo, um biênio.
- (C) as propostas globais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômica financeira, o programa anual de trabalho do Governo e, quando fixado, o limite global mínimo para o orçamento de cada unidade administrativa.
- (D) a estimativa da despesa terá por base as demonstrações financeiras anteriores à arrecadação dos seis últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
- (E) as propostas orçamentárias globais poderão ser revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada, as despesas realizadas e as novas circunstâncias.

54. Ressalvadas as previsões constitucionais, a vedação à vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, corresponde ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) programação.
- (C) não afetação das receitas.
- (D) totalidade.
- (E) universalidade.

- 55.** De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências,
- (A) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes, do Ministério Público e dos respectivos Tribunais de Contas, no mínimo, cento e vinte dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
 - (B) a renúncia não compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido ou real, concessão de isenção em caráter geral e individual, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo e seu respectivo fato gerador que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
 - (C) não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
 - (D) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
 - (E) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, decreto ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período inferior a dois exercícios.
- 56.** Entende-se por transferência voluntária a
- (A) entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - (B) destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou *deficits* de pessoas jurídicas autorizada por lei específica e pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - (C) operação de crédito, o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - (D) entrega de recurso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
 - (E) operação de crédito destinada a cobrir dívida imobiliária da União, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal.
- 57.** A despesa obrigatória de caráter continuado consiste na despesa
- (A) corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (B) decorrente da concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações.
 - (C) corrente derivada da concessão de garantia, de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - (D) decorrente da dívida pública consolidada da União e a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil.
 - (E) corrente com o pagamento de precatórios judiciais da União pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.
- 58.** Em relação às Finanças Públicas, dispõe a Constituição Federal:
- (A) as leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão, dentre outras previsões constitucionais, o plano plurianual do respectivo ente federativo.
 - (B) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
 - (C) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária da respectiva pessoa política.
 - (D) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Tesouro Nacional.
 - (E) é permitido por meio de lei complementar a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

59. Laurentina Martinica comprou um par de sapatos para a sua sobrinha. Contudo, ao chegar em sua casa e entregar o presente, verificou-se que um dos sapatos estava sem o solado. Diante desse fato hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Laurentina Martinica não pode ser considerada consumidora, pois não era a destinatária final do calçado.
- (B) Se Laurentina comprou o calçado de uma pessoa física, não será amparada pelo Código de Defesa do Consumidor.
- (C) Se o defeito do calçado somente fosse percebido pela sua sobrinha, ela não seria amparada pelo direito do consumidor, pois não foi a adquirente da mercadoria.
- (D) Tanto Laurentina Martinica, que adquiriu o calçado, como sua sobrinha, que o utilizaria, são consideradas consumidoras e podem ser amparadas pelo Código de Defesa do Consumidor.
- (E) Se Laurentina Martinica for pessoa jurídica, não será amparada pelo Código de Defesa do Consumidor.

60. Assinale a alternativa em que se aplica o Código de Defesa do Consumidor, considerando também as Súmulas dos Tribunais Superiores.

- (A) Contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão.
- (B) Contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- (C) Empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- (D) Contrato de locação de imóvel para moradia firmado diretamente entre particulares.
- (E) Multa de trânsito.

61. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, por considerar-se prática abusiva:

- (A) elevar, ainda que com justa causa, o preço de produtos e serviços.
- (B) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.
- (C) repassar informação elogiosa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.
- (D) recusar recebimento de pagamento mediante cartão de crédito, ainda que o consumidor seja previamente informado e existam cartazes com tal informação em local de fácil visualização.
- (E) aplicar fórmula ou índice de reajuste legal ou contratualmente estabelecido.

62. Dona Glorinda Felisberta adquire um exemplar da revista Nudes através de uma ligação telefônica de telemarketing, mas, após 15 dias, quando recebe a primeira edição, se arrepende da aquisição. A partir deste fato hipotético, considerando-se o direito do consumidor, D. Glorinda Felisberta

- (A) não poderá exercer o direito de arrependimento se tiver aberto o envelope da revista, pois caracteriza-se o uso da mercadoria.
- (B) somente poderia desistir da compra no prazo de 7 dias da data do telefonema e não após o recebimento da revista.
- (C) terá o valor eventualmente pago, a qualquer título, devolvido de imediato, mas sem correção monetária, se exercitar o direito de arrependimento.
- (D) terá direito à devolução de todo o valor pago, corrigido monetariamente, mas é possível a empresa aplicar uma multa pela violação do contrato de compra, caso exercite o direito de arrependimento.
- (E) poderá exercitar o direito de arrependimento no prazo de 7 dias a contar do ato de recebimento da revista.

63. No que concerne às infrações penais no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.
- (A) Constitui infração penal executar serviço de alto grau de periculosidade, consoante determinação da autoridade competente.
 - (B) O valor da fiança será fixado unicamente pelo juiz.
 - (C) O valor da fiança somente será fixado pela autoridade que presidir o inquérito.
 - (D) Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser aumentada pelo juiz até trinta vezes.
 - (E) Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser reduzida até a metade do seu valor mínimo.
64. Sobre o tema Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Convenção Coletiva de Consumo, assinale a alternativa correta.
- (A) Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor.
 - (B) Cabe ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, ou órgão federal que venha substituí-lo solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito civil para apuração de prejuízo aos consumidores.
 - (C) Não cabe ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições.
 - (D) A Convenção Coletiva de Consumo obriga todas as entidades abrangidas pelas entidades signatárias, independentemente de serem filiados.
 - (E) O fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do Instrumento de Convenção Coletiva de Consumo no cartório de títulos e documentos se exime do seu cumprimento.
65. Uma fábrica se instala na comarca de Registro e estão sendo despejados no rio que se situa no Município detritos decorrentes do processo de fabricação. Os moradores da região afirmam que muitos peixes apareceram mortos e que a água passou a ter um odor e coloração diferentes, que poderia ser decorrente dos detritos lançados pela fábrica. A partir deste fato hipotético, supondo-se que o Município pretende acionar judicialmente a fábrica por meio de uma ação coletiva, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível ao Município ingressar com mandado de segurança coletivo para defesa de interesses ou direitos coletivos *lato sensu* de todos os moradores de terem um rio não poluído.
 - (B) Para ingressar com a ação coletiva é imprescindível a prévia instauração de inquérito civil para apuração dos fatos.
 - (C) O Município não tem legitimidade para ingressar com ação civil pública em razão do não preenchimento do requisito da pertinência temática.
 - (D) O Município pode ingressar com ação civil pública para a defesa da boa qualidade do rio, que é um direito difuso, transindividual e indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas.
 - (E) Para que o Município ingresse com a ação civil pública em face da fábrica é necessária prévia autorização da câmara dos vereadores.
66. O Município de Registro tomou compromisso de ajustamento de conduta com uma empresa, sediada no Município, que havia poluído o Meio Ambiente, onde restou estabelecido que haveria o reparo do dano causado e alteração das práticas para evitar que continue poluindo, sob pena de pagamento de multa. A partir deste fato hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) O compromisso tomado é nulo, pois somente o Ministério Público tem legitimidade para tomar termo de ajustamento de conduta.
 - (B) É possível ao Município, assim como todo legitimado para a propositura da ação civil pública, tomar termo de ajustamento de conduta dos interessados.
 - (C) Se o termo de ajustamento de conduta for descumprido, somente será possível a execução judicial da multa nele fixada se o termo tiver sido homologado pelo Poder Judiciário.
 - (D) Nos termos da Lei da Ação Civil Pública, é imprescindível a participação do Ministério Público neste termo de ajustamento de conduta realizado extrajudicialmente.
 - (E) Mesmo que a empresa poluidora seja uma autarquia estadual, poderá figurar como compromitente no termo de ajustamento de conduta firmado pelo Município de Registro.

- 67.** No que se refere à ação civil pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma vez proposta a ação civil pública por associação legitimada, não é possível dela desistir e, se abandonar a ação, será condenada por litigância de má-fé.
 - (B) Se a ação for proposta por uma associação, é imprescindível prévia autorização assemblear.
 - (C) É facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas para a Ação Civil Pública habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
 - (D) A multa cominada liminarmente será exigível após a prolação da sentença, mesmo que ela ainda não tenha transitado em julgado.
 - (E) É vedado ao juiz conceder mandado liminar sem justificação prévia.
- 68.** Nos termos da Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Consideram-se barreiras atitudinais as atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
 - (B) São consideradas barreiras urbanísticas as existentes nos edifícios públicos e privados.
 - (C) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes da ação afirmativa.
 - (D) Em nenhuma hipótese a pessoa com deficiência será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido.
 - (E) A pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, sendo que esta prioridade pode ser exercida no máximo por três vezes.
- 69.** Nos termos da Lei nº 11.445/2007, assinale a alternativa correta.
- (A) Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
 - (B) O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.
 - (C) O serviço de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos não compõe o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.
 - (D) Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico não podem delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços.
 - (E) A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integra a administração do titular pode ser realizada mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.
- 70.** Assinale a alternativa correta, considerando-se o disposto na Lei nº 10.257/2001.
- (A) Os tributos sobre imóveis urbanos e as tarifas relativas a serviços públicos urbanos não podem ser diferenciados em função do interesse social.
 - (B) O direito da usucapião especial de imóvel urbano pode ser reconhecido para o mesmo possuidor mais de uma vez.
 - (C) Para os efeitos da usucapião especial de imóvel urbano, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
 - (D) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, independentemente de registro de escritura pública no cartório de registro de imóveis.
 - (E) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência, por tempo indeterminado, para aquisição de qualquer imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

71. Nos termos previstos expressamente no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que
- (A) em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três anos, permitida uma reeleição.
 - (B) poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, sendo vedado o repasse de recursos para a própria família acolhedora.
 - (C) federalização do atendimento é uma das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
 - (D) a função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
 - (E) os programas em execução de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 5 (cinco) anos, consoante os critérios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

72. Consoante o previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase - Lei Federal nº 12.594/2012) compete ao Município:

- (A) cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.
- (B) estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
- (C) criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.
- (D) garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.
- (E) garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, com órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.

73. Nos termos previstos expressamente no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) se considera praticado o crime no momento da ação, da omissão, ou no momento em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (B) quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública equipara-se a funcionário público para os efeitos penais.
 - (C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
 - (D) a alteração realizada por funcionário de sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente só será caracterizada como crime se resultar em dano para a Administração Pública ou para o administrado.
 - (E) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário caracteriza o crime de advocacia administrativa, salvo se o interesse for legítimo.
74. Consoante o previsto na Legislação Penal Especial, assinala a alternativa correta.
- (A) Os crimes de responsabilidade (Lei Federal nº 1.079/50), ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, dependendo a imposição da pena de inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, da consumação do crime.
 - (B) Nos termos expressos da Lei Federal nº 7.716/89 (Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo legal constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor.
 - (C) Nos termos da Lei Federal nº 9.605/98 (Crimes contra o Meio Ambiente), a prática de grafite, ainda que sem consentimento do proprietário, locatário ou arrendatário do bem, conforme o caso, mas realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio privado mediante manifestação artística não constitui crime.
 - (D) Nos termos da Lei Federal nº 9.613/98 e Lei Federal nº 12.683/12 (Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de contravenção penal não se caracteriza como crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.
 - (E) Nos termos do Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/65), as condutas consistentes em votar em seção eleitoral em que não está inscrito, salvo nos casos expressamente previstos, e de não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar caracterizam-se como crimes previstos no Código Eleitoral.

- 75.** Nos termos previstos expressamente no Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) a competência jurisdicional penal adotada é da teoria da ação e, portanto, será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução do crime, seja ele consumado ou tentado.
 - (B) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder no limite de 10 (dez) a 200 (duzentos) salários-mínimos quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
 - (C) caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que denegar a apelação ou a julgar deserta.
 - (D) na instrução do processo sumário, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
 - (E) nos crimes de ação penal privada, o perdão por procuração, mesmo com poderes especiais, não poderá ser aceito, por se tratar de direito personalíssimo.
- 76.** Consoante o previsto na Legislação Especial, assinale a alternativa correta.
- (A) No procedimento judicial de execução penal previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), das decisões proferidas pelo juiz caberá recurso de agravo, com efeito suspensivo.
 - (B) No procedimento previsto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/95), o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.
 - (C) Nos casos de violência doméstica e familiar contra mulher, consoante o previsto na Lei "Maria da Penha" (Lei nº 11.340/06), poderá o delegado de polícia, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar a separação de corpos.
 - (D) Nos termos da Lei nº 12.850/13, o juiz, quando necessário, participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.
 - (E) Consoante o previsto na Lei nº 12.037/09 (Identificação Criminal), a exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados coletados e armazenados nas hipóteses legais de identificação criminal ocorrerá no término do prazo estabelecido em lei para a prescrição do delito.

- 77.** Conforme disposto pela Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta a respeito do contrato de trabalho intermitente.
- (A) Pode ser celebrado tacitamente.
 - (B) Dispensa especificação do valor da hora de trabalho em contrato.
 - (C) Será convocado pelo empregador com, pelo menos, cinco dias corridos de antecedência.
 - (D) A recusa da oferta descaracteriza a subordinação para fins deste tipo de contrato.
 - (E) Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- 78.** Sobre o trabalho em regime de tempo parcial, assinale a alternativa correta.
- (A) É aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.
 - (B) É aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até três horas suplementares semanais.
 - (C) É aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.
 - (D) É facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.
 - (E) A duração diária do trabalho não poderá ser acrescida de horas extras.
- 79.** Com relação às súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa que representa o entendimento de tal corte.
- (A) Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que não supere o limite de 10 (dez) minutos diários.
 - (B) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
 - (C) A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, têm natureza salarial.
 - (D) Para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13.11.2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de cinco anos após o término do contrato.
 - (E) As gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes não integram a remuneração do empregado.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

80. Conforme disposição na Consolidação das Leis do Trabalho, sobre os honorários de sucumbência, é correto afirmar que

- (A) não será devido ao advogado que atue em causa própria.
- (B) não são devidos nas ações contra a Fazenda Pública.
- (C) são devidos nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
- (D) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrar honorários de sucumbência recíproca, permitida a compensação entre os honorários.
- (E) não são devidos na reconvenção.

81. Em relação ao inquérito judicial para apuração de falta grave, disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Reconhecida a inexistência de falta grave, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço, mas não fica obrigado a pagar os salários do período da suspensão.
- (B) Não é cabível contra empregado garantido com estabilidade.
- (C) O recurso cabível contra sentença que versar sobre o inquérito será o Recurso Especial.
- (D) O empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.
- (E) O recurso cabível contra sentença que versar sobre o inquérito será o Recurso Extraordinário.

82. Com relação às súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa que representa o entendimento de tal corte.

- (A) O *jus postulandi* das partes, estabelecido na CLT, não se limita às Varas do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança.
- (B) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal.
- (C) É indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.
- (D) É cabível o pedido de tutela provisória, formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda.
- (E) A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

83. Como aplicadores do direito, é correto afirmar:

- (A) A previdência social tem como pressuposto o trabalho, porém, não exige contraprestação para que o beneficiário tenha acesso à proteção social, que não tem correspondência com a remuneração recebida pelo trabalho. Garante o padrão mínimo do trabalhador quando diante da incapacidade laboral.
- (B) A assistência social depende de contribuição, visa a garantia do padrão mínimo àqueles que não são protegidos pela previdência, nem pela assistência privada. Referido direito social garante a universalidade da seguridade social e tem como destinatários os necessitados.
- (C) Os requisitos para a concessão dos benefícios assistenciais e previdenciários são diversos. Os benefícios previdenciários dependem de contribuição do segurado, enquanto que os assistenciais não o exigem. A previdência destina-se aos trabalhadores e seus dependentes. A assistência social tem como destinatários os necessitados, os quais precisam demonstrar referida condição.
- (D) Os requisitos para a concessão dos benefícios assistenciais e previdenciários são os mesmos. Ambos os benefícios dependem de contribuição do segurado. Destinam-se aos trabalhadores e seus dependentes, bem como aos necessitados, os quais precisam demonstrar referida condição.
- (E) Os requisitos para a concessão dos benefícios assistenciais e previdenciários são diversos. Os benefícios previdenciários independem de contribuição do segurado, enquanto que os assistenciais o exigem. A previdência destina-se aos necessitados e seus dependentes. A assistência social tem como destinatários os desempregados.

84. O texto permanente da Constituição Federal, hoje em vigor, admite a concessão de aposentadoria voluntária pelo Regime Geral da Previdência Social:

- (A) para o segurado homem que completar 65 anos de idade e para a segurada mulher que atingir 60 anos, independentemente do tempo de contribuição.
- (B) para o segurado homem que completar 60 anos de idade e para a segurada mulher que atingir 55 anos, independentemente do tempo de contribuição.
- (C) para o segurado homem que completar 65 anos de idade e para a segurada mulher que atingir 60 anos, desde que tenham cumprido um tempo de contribuição de 10 anos.
- (D) para o segurado homem que implementar o tempo de contribuição de 35 anos e 65 anos de idade e para a segurada mulher que tiver implementado o tempo de contribuição de 30 anos e 60 anos de idade.
- (E) para o segurado homem que implementar o tempo de serviço de 30 anos e para a segurada mulher que tiver implementado o tempo de serviço de 25 anos, independentemente de idade.

85. A Constituição Federal prevê um sistema previdenciário contributivo para o servidor público. Assinale a alternativa correta.

- (A) Pode haver incidência de contribuição previdenciária de servidor público aposentado ou pensionista beneficiário.
- (B) Há incidência de contribuição previdenciária sobre os vencimentos do servidor público ativo que já completou os requisitos para aposentadoria voluntária e optou pela permanência em atividade.
- (C) Pode haver incidência de contribuição previdenciária de servidor público aposentado, mas não do pensionista beneficiário do servidor.
- (D) Não há incidência de contribuição previdenciária do servidor público aposentado, nem do pensionista beneficiário do servidor, mesmo que os proventos do aposentado e a pensão superem o teto previsto para o Regime Geral de Previdência Social.
- (E) Pode haver incidência de contribuição previdenciária de servidor público ativo que já completou os requisitos para aposentadoria, mas não de pensionista.

86. Sobre o exercício da capacidade eleitoral passiva pelo cidadão, assinale a alternativa correta.

- (A) Os analfabetos são inelegíveis para os cargos do Poder Executivo e elegíveis para os cargos de vereadores e deputados.
- (B) O cônjuge do Prefeito é inelegível para qualquer cargo no território de jurisdição do titular, mesmo que já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (C) A incapacidade eleitoral passiva reflete diretamente na capacidade eleitoral ativa do cidadão, ou seja, o inelegível perde o direito de votar.
- (D) O indulto presidencial equivale à reabilitação para afastar a inelegibilidade decorrente de condenação criminal.
- (E) São inelegíveis os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis pelo prazo de 8 (oito) anos.

87. A respeito das condutas dos agentes públicos em campanhas eleitorais, é correto afirmar que é

- (A) vedada a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
- (B) permitida a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
- (C) vedada a transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.
- (D) permitida a cessão de empregado da Administração direta ou indireta municipal para comitês de partido político ou coligação.
- (E) vedada a autorização pelo Chefe do Poder Executivo de contratação, mesmo que necessária, ao funcionamento de serviços públicos essenciais.

- 88.** A Lei Orgânica do Município de Registro estabelece que dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara a lei concernente
- (A) ao Plano Diretor.
 - (B) ao Código de Posturas.
 - (C) à concessão de direito real de uso.
 - (D) ao Estatuto dos Funcionários Públicos.
 - (E) à Lei da Guarda Municipal.
- 89.** Em relação às Audiências Públicas, e conforme determinado na Lei Orgânica do Município de Registro, assinale a alternativa correta.
- (A) Toda entidade da sociedade civil de âmbito municipal poderá requerer ao Prefeito ou outra autoridade do Município a realização de audiência pública para esclarecimentos de determinado ato ou projeto da Administração.
 - (B) A audiência deverá ser obrigatoriamente concedida no prazo de 10 (dez) dias corridos, devendo ficar à disposição da população, desde a data do requerimento, toda a documentação atinente ao tema.
 - (C) Da audiência pública poderão participar, além da entidade requerente, outros cidadãos e entidades interessadas que não terão direito a voz.
 - (D) A realização de obra que comprometa mais de 30% (trinta por cento) do orçamento municipal não necessita, para sua execução, de consultas em audiências públicas.
 - (E) Cada entidade terá direito, no mínimo, à realização de 04 (quatro) audiências públicas por ano, ficando a partir daí ao critério da autoridade requerida deferir ou não o pedido.
- 90.** Conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Registro, com suas devidas alterações, o funcionário perderá o direito à licença prêmio se, dentro do período aquisitivo,
- (A) tiver mais de dez faltas abonadas.
 - (B) fizer greve, mesmo que compensado por meio de acordo entre a entidade sindical e a Administração.
 - (C) tiver gozado de licença saúde acometida por moléstia grave, por mais de 30 (trinta) dias.
 - (D) houver participado de júri ou outros serviços obrigatórios por lei, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - (E) houver gozado licença para tratar de pessoa da família por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados.

